

A retomada do poder de voto da União na Eletrobras depende também de nós. Todos ao Ato dia 05/06 na porta do Mário Bhering!

Desde junho de 2016, após o golpe contra a presidenta Dilma Roussef e que levou o golpista Michel Temer ao poder, nossa luta em defesa da Eletrobras pública teve início.

Junto com Temer, ascendeu ao planalto uma horda de políticos cujos interesses pessoais estavam (e ainda estão) totalmente descomprometidos com a definição de República, regime em que o soberano é o povo e seus representantes atuam para atender o interesse geral dos cidadãos. Vivemos desde então, e até 2023, um verdadeiro “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Nessa leva de abutres, chegou à presidência Eletrobras o senhor Wilson Pinto Junior, com o único e principal objetivo de entregar a maior empresa de energia elétrica da América Latina aos especuladores, bilionários e ao mercado financeiro. Sua conturbada primeira passagem pela Empresa, envolveu xingamentos aos trabalhadores e trabalhadoras, uma inédita advertência por este feito, contratações milionárias sem licitação, incluindo a contratação de uma empresa de comunicação para achincalhar a própria Eletrobras para desmoralizá-la diante da sociedade e facilitar seu trabalho. O contrato com a tal empresa, FSB, foi cancelado. Em resumo, Wilson Pinto saiu sem efetivar a privatização. Mas deixou na empresa um grupo de indicados pelos principais interessados na compra assentados em cargos importantes.

Apesar de uma intensa campanha de mobilização, articulações com parlamentares, e frentes em defesa da Empresa, a Eletrobras foi privatizada no governo genocida de Bolsonaro. No apagar das luzes do governo, aos 45 do 2º tempo, em junho de 2022, o controle da Empresa foi entregue de graça, enquanto os novos acionistas pagavam pela renovação das concessões das usinas antigas míseros R\$ 26 bilhões (cerca de US\$ 5 bilhões de dólares americanos).

As Entidades de Representação têm atuado incansavelmente em defesa da Eletrobras Pública, desmascarando as negociatas e ações escusas dos que comandaram o imoral e vergonhoso processo de privatização, que traz a absurda *poison pill* (pílula do veneno), além da inacreditável esterilização das ações da União, que mesmo possuindo 42% das ações ordinárias tem poder de voto limitando a 10%.

Felizmente, a vitória da proposta de governo democrático e popular do presidente Lula trouxe esperança ao país. E a nós também.

O novo governo está ciente do jogo de cartas marcadas que foi a privatização e o presidente Lula, conhecedor da importância da Eletrobras para o desenvolvimento do Brasil, tem se manifestado enfaticamente contra esse crime de lesa-pátria e, declarado que se tratou de uma “bandidagem”!

A impetração da Ação de Inconstitucionalidade (ADIN) em relação à esterilização das ações da União na Eletrobras, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Advocacia Geral da União (AGU), é o que consideramos o ponto pé inicial para o nosso gol da vitória que será a reestatização da Empresa. Defendemos e apoiamos todas as ações que tenham esse objetivo.

Em reação à ADIN, a direção da Eletrobras tem suando frio e, como é próprio da gestão Pinto Junior, tem articulado atos maquiavélicos tendo os trabalhadores e trabalhadoras como alvo (quase 3.000 dispensados, além outros tantos com demissão prevista para os próximos meses, esvaziando profundamente a empresa de experiência e conhecimento técnico); Excluiu a vaga dos

representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração; reduziu os investimentos e passou a utilizar os recursos da empresa para tentar alavancar o preço das ações com o programa de recompra; E ainda tenta meter a mão nos recursos administrados pelos fundos de pensão da categoria, além da Real Grandeza, Eletros, Fachesf, Previnorte e ELOS, recursos esses que são dos participantes ativos e aposentados das empresas da Eletrobras e do CEPEL (Furnas, Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul), mas também dos participantes de outras patrocinadoras, que têm recursos geridos por eles, como o ONS – Operador Nacional do Setor Elétrico, EPE – Empresa de Pesquisa Energética, Eletronuclear, um total de R\$ 42 bilhões!

Há notícia de que também tem dispensando mais de R\$ 50 milhões, para “convencer” e influenciar agentes políticos e da grande mídia, para pressionar o governo com o objetivo de abandonar a luta pela retomada do poder de voto de lado.

Enfim, é uma extensa estada já trilhada, mas com muito chão pela frente. Portanto, não podemos descansar ou esmorecer.

Nesse sentido, e diante de todas essas novas possibilidades de sucesso, e apesar das muitas flexas apontadas para nosso peito, não somos alvos inertes. Honramos nossa trajetória de luta e juntamente com as entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais e parlamentares comprometidos com o bem da sociedade brasileira e que sempre defenderam a Eletrobras pública, convocamos todos para um

**Grande Ato dia 05/06, a partir das 12 horas,
na porta da sede da Eletrobras:
Rua da Quitanda, 196 – Centro/RJ.**

- pela retomada do poder de voto da União;
- em defesa das fundações;
- contra as demissões;
- contra o desmonte do Cepel.

Esse é o momento de trabalhadores e trabalhadoras mostrarem toda sua força e sua indignação com os rumos da empresa, de defenderem seu concurso e de lutar contra o sucateamento da empresa e a degradação do setor elétrico brasileiro!

Compartilhem esse informe com os colegas e compareçam!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nos logos abaixo](#)).

A diretoria, 25 de maio de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

